



DESPACHO DEOC Nº 75, DE 27/08/2012	APL	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA DALVA LTDA	SP	SANTA BÁRBARA D OESTE	FM	234	53000.051292/2010
DESCHAPO DEOC Nº 68, DE 24/08/2012	ACT	RÁDIO REGIONAL LTDA	SC	RANCHO QUEIMADO	FM	286	53000.067066/2011
DESPACHO DEOC Nº 76, DE 27/08/2012	APL	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	SC	IMARUÍ	FM	240	53000.057884/2010
DESPACHO DEOC Nº 65, DE 16/08/2012	ACT	FM STUDIO 96 LTDA	PR	CURITIBA	FM	242	53516.000283/2002

Em 31 de agosto de 2012

Nº 79 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, §1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012 e considerando o que consta do processo nº 53000.037370/2012, resolve aprovar o local de instalação dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, da CABLE-LINK OPERADORA DE SINAIS DE TV A CABO LTDA, autorizatória do serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de São Paulo, Estado de São Paulo,.utilizando o canal 14- (quatorze decalado para menos), em conformidade com a Nota Técnica nº 371/2012/GTPU/DEOC/SCE-MC.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no art. 6º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade às aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações técnicas das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, listadas em anexo.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

ATO	TIPO	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
DESPACHO DEOC Nº 78, DE 30/08/2012	APL	RBS PARTICIPAÇÕES S.A	RS	Sapiranga	RTVD	34	53000.051971/2011
DESPACHO DEOC Nº 77, DE 30/08/2012	APL	REDE GOIÂNIA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	GO	Goiânia	TVD	30	53000.012714/2011

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA A PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA TRILATERAL NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

O Governo da República Federativa do Brasil, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (doravante denominada "ABC/MRE")

e

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (doravante denominada "OMPI"),

ambos doravante denominados "Partes";

Reconhecendo o papel fundamental da OMPI de contribuir para o desenvolvimento equilibrado e acessível do sistema internacional de propriedade intelectual, que estima a criatividade, estimula a inovação e contribue para o desenvolvimento econômico, salvaguardando o interesse público;

Reconhecendo o papel da ABC/MRE na prestação de cooperação técnica e capacitação aos países em desenvolvimento, por meio da transferência e intercâmbio de conhecimentos, habilidades e competências disponíveis em instituições e organizações brasileiras;

Reafirmando o compromisso de ambas as Partes em fomentar o desenvolvimento sustentável como um meio de atingir o progresso social e econômico nos países em desenvolvimento;

Reconhecendo que a OMPI, como agência especializada do sistema das Nações Unidas, promove a propriedade intelectual em todo o mundo através da cooperação entre os Estados e em colaboração com outras organizações internacionais;
Reconhecendo a Cooperação Sul-Sul como uma das modalidades de cooperação para o desenvolvimento com maior potencial no que tange à promoção do crescimento econômico, redução das desigualdades e melhoria dos padrões de vida nos países em desenvolvimento;

Valorizando o papel significativo que as Partes conjuntamente podem desempenhar na construção de capacidades nos países em desenvolvimento para facilitar uma resposta mais eficaz em um ambiente externo em rápida evolução, e aos desafios iminentes da propriedade intelectual.

Tendo em conta as respectivas diretivas, os objetivos e programas da OMPI e da ABC/MRE, as Partes chegaram ao seguinte acordo:

Artigo 1
Objetivo

Estabelecer um programa de parceria com vistas à prestação de cooperação técnica aos países em desenvolvimento na área de propriedade intelectual.

Artigo 2
Execução

1. As Partes envidarão seus melhores esforços para identificar e implementar projetos e atividades de cooperação técnica nas áreas mencionadas no artigo 1º acima, sujeitas às disposições do presente Memorando de Entendimento, e conforme solicitado pelo país e/ou países em desenvolvimento interessado(s).

2. Os objetivos específicos, resultados esperados, compromissos, aportes financeiros e em espécie para os projetos e atividades a serem implementadas no âmbito do presente Memorando de Entendimento, inclusive os arranjos de monitoramento e avaliação, devem ser acordados por meio de troca de cartas, ou outras modalidades acordadas, entre a ABC/MRE e a OMPI.

3. O programa de parceria irá abranger as seguintes modalidades de cooperação, nas áreas acima identificadas no artigo 1º e, conforme solicitação do país e/ou países em desenvolvimento interessados:

- a) cooperação técnica para o fortalecimento das capacidades institucionais;
- b) cursos de formação no Brasil ou no país(es) beneficiário(s);
- c) desenvolvimento de missões técnicas;
- d) assistência para a concepção, execução, monitoramento e avaliação de projetos;
- e) cessão de especialistas brasileiros exclusivamente para o desenvolvimento de tarefas em campos; e
- f) qualquer outra modalidade futura a ser acordada pela ABC/MRE e pela OMPI.

4. Dentro de suas competências e de acordo com seus regulamentos, as Partes poderão mobilizar recursos para financiar os projetos e atividades a serem realizadas em países em desenvolvimento.

Artigo 3
Coordenação

As Partes devem consultar-se regularmente e colocar à disposição da outra Parte toda informação e assistência que venham a ser justificadamente solicitadas.

Artigo 4
Entrada em vigor, Vigência e Rescisão

1. O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor durante o período de 3 (três) anos, sendo automaticamente renovado por iguais períodos salvo caso uma das Partes informe a outra Parte, por escrito, seu desejo de rescindir o presente com pelo menos 6 (seis) meses de antecedência.

2. Este Memorando de Entendimento permanecerá em vigor até 6 (seis) meses após a recepção da notificação de forma a facilitar a conclusão das operações em curso e das obrigações assumidas ou surgidas antes da denúncia do mesmo.

3. Este Memorando de Entendimento poderá ser modificado por mútuo consentimento, expresso por escrito, por representantes das Partes devidamente autorizados.

Feito em Brasília, em 9 de agosto de 2012 em dois exemplares originais, nos idiomas Português e Inglês, sendo ambos os textos igualmente válidos. Em caso de divergência de interpretação, o texto Inglês prevalecerá.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

MARCO Farani
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação

Pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual-OMPI

JOSÉ GRAÇA ARANHA
Diretor Regional

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RETIFICAÇÕES

Na Resolução Homologatória n. 1.270, de 3 de abril de 2012, publicada no D.O. n. 67, de 5 de abril de 2012, Seção 1, página 79, constante do Processo n. 48500.004775/2011-19, fazer constar as geradoras: Divisa, Cidezal, Parecis, Rondon, Sapezal e Telegráfica, no quadro "V" dos Anexos II-A e II-B, no endereço eletrônico <http://www.aneel.gov.br/biblioteca/>.

Na Resolução Homologatória n. 1.336, de 21 de agosto de 2012, publicada no D.O. n. 166, de 27 de agosto de 2012, Seção 1, páginas 57, constante do Processo n. 48500.000746/2012-51, retificar os quadros "C" e "F" dos Anexos I, I-A e I-B, que foram disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.aneel.gov.br/biblioteca/>.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 31 de agosto 2012

Nº 2.734 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO - SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Portaria nº 1.850, de 5 de julho de 2011, tendo em vista o que consta do Processo nº. 48500.004280/2000-85 resolve alterar a denominação da central geradora termelétrica (UTE) Ceradinho para UTE Catanduva, objeto da Resolução nº 47 de 1 de fevereiro de 2001, transferida à empresa Noble Brasil S.A. por meio da Resolução Autorizativa nº 3.450 de 10 de abril de 2012.